

DOCUMENTOS
DOSSIÊ

DOMINGO, 10 DE FEVEREIRO DE 1980 NASCE UM PARTIDO

No final dos anos 1970, em meio a perceptíveis sinais de crise político-econômica do regime militar instaurado com o golpe de 1964, as greves do ABCD paulista, em consonância com importantes processos de lutas que ocorriam nacional e internacionalmente, passaram a despertar e a incrementar por todo o Brasil movimentos políticos, sindicais e sociais. Neste contexto, marcando a confluência principalmente de sindicalistas, de comunidades de base e movimentos populares vinculados à Igreja Católica e da esquerda então na clandestinidade, consolidou-se a idéia de se formar um novo partido: o Partido dos Trabalhadores. Em 1º de maio de 1979 foi tornada pública a “Carta de Princípios” do PT. Depois se constituiu oficialmente, em São Bernardo do Campo, em 13 de outubro de 1979, o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, ou Movimento Pró-PT, como também era conhecido, que conduziu o processo de constituição e legalização do partido. Em 10 de fevereiro de 1980, na cidade de São Paulo, no Colégio Sion, para marcar a irreversibilidade desta iniciativa, realizou-se o lançamento oficial do PT, que, em 1º de junho daquele mesmo ano, será formalmente fundado.

Naquele 10 de fevereiro, um domingo, estiveram presentes cerca de 400 representantes de núcleos de 17 Estados (AM, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, SC e SP) e do Distrito Federal, além de uma platéia cujas dimensões variam conforme as fontes, mas que chegou a assinalar a presença no auditório do Colégio Sion de um total que varia entre 700 e 1.200 pessoas, incluindo-se assistentes e representantes de núcleos. Além do lançamento formal do partido, aprovou-se de forma aclamativa o seu primeiro documento oficial: o Manifesto do PT.

PERSEU reúne aqui uma série de documentos relativos ao Ato de lançamento do Partido dos Trabalhadores. De um lado, reunimos um conjunto de imagens feitas pelos fotógrafos Jesus Carlos, Juca Martins e Nair Benedicto. De outro, publicamos documentos relativos à reunião. Obviamente, os documentos saídos da reunião: “Manifesto do PT” e uma contribuição da Comissão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT para orientar a futura elaboração do Programa, “Pontos para a elaboração do Programa”. A reprodução do primeiro documento é por si só óbvia. Já o segundo aqui está por ser também uma espécie de síntese do repertório de questões, por vezes até contraditórias, em debate naquele momento dentro das fileiras do novo partido e dos movimentos que então influenciava. A estes documentos emanados do Movimento Pró-PT acrescentamos um pequeno texto de Mario Pedrosa, subscrito por alguns núcleos cariocas, que marca um estado de espírito que perpassava os presentes, e um documento, também preservado no acervo do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, cujo estilo transita entre um informe e uma ata da reunião do Colégio Sion. Por fim, encerram o conjunto documental textos contemporâneos da reunião de autoria de dois importantes militantes do PT relatando e discutindo os eventos ali ocorridos: Paul Singer e Perseu Abramo.

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a riqueza da nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

Nascendo das lutas sociais

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão imposto aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

Por um partido de massas

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os par-

tidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêm os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados.

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

Pela participação política dos trabalhadores

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas.

Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos.

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isto é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas estes interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação po-

pular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o País só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.

NOTAS

¹ Aprovado pelo Movimento Pró-PT em 10 de fevereiro de 1980, no ato de lançamento do PT, ocorrido no Colégio Sion, na cidade de São Paulo, e publicado no *Diário Oficial da União* de 21 de outubro de 1980.

HORA DA LEALDADE

Mario Pedrosa

*Documento mimeografado conservado no acervo do
Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*

Na hora em que aqui nos reunimos, companheiros de todo o Brasil, para assinar o nome sob a flama do Partido dos Trabalhadores, temos consciência do que estamos fazendo. Diferentemente de todos os partidos por aí, com sua dança de letras e siglas, o PT é simplesmente o Partido dos Trabalhadores. É único de estruturas, é único de tendências, é único de finalidade. Quem for apor a assinatura ao fim de seu manifesto não o fará, porém, se na sua consciência encontrar que ele rende outro som, entra por desvãos, tropeça em outra linha, não é ainda seu partido. Partido de massa não tem vanguarda, não tem teorias, não tem livro sagrado. Ele é o que é, guia-se por sua prática, acerta por seu instinto. Quando erra, não tem dogmas e pela autocrítica refaz seu erro. Por isso, ao nos inscrevermos no PT, deixamos à sua porta os preconceitos, os pendores, as tendências extras que possivelmente nos moviam até lá, para só deixar atuando em nós uma integral solidariedade ao Partido dos Trabalhadores.

Militantes dos núcleos: Ilha do Governador, Niterói, Jacarezinho, Zona Oeste, Miguel Gustavo, Magalhães Bastos, Parque União, Paciência e Volta Redonda.

PONTOS PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA

Comissão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT¹

Extraído de Mario Pedrosa. Sobre o PT. São Paulo, Ched, 1980, p. 83-106.

1. Sobre o método de elaboração do programa do Partido dos Trabalhadores
2. Sobre a concepção do programa
3. Um programa para a democracia
4. Um programa para a sociedade
5. Um programa para a conjuntura
6. Um programa de ação

São Paulo, 10 de fevereiro de 1980

1. Sobre o método de elaboração do programa

O programa do Partido dos Trabalhadores – PT deve partir dos documentos até agora de responsabilidade do movimento pela sua organização. Entretanto, deve ir além na clareza e na precisão da sua proposta e da vontade política dos que o fazem.

Esses documentos, a saber: a carta de princípios e a plataforma de 1^o de maio de 1979, a Declaração Política do Encontro de São Bernardo, de 13 de outubro de 1979, e o Manifesto de Fundação marcam os diversos momentos de constituição do movimento, até sua mais recente forma, na qual o propósito de criação do partido já assume características mais acabadas. Marcam, por isso mesmo, a posição das forças que impulsionaram o movimento pela constituição do partido no contexto social e político nacional, e, recentemente, o fato de que mesmo antes de constituir-se formalmente, o partido *já existe principalmente* no jogo de forças políticas nacionais.

O próprio método de elaboração do programa do PT já mostrará a diferença em relação aos demais partidos. A discussão do programa é parte essencial do processo de construção do PT. O programa do PT não pode ser apenas um “programa para o TSE [Tribunal Superior Eleitoral]”: isto é, fácil de fazer. O programa do PT deverá surgir das bases sociais sobre as quais se apoiará o partido, das bases sociais que construirão o partido. A iniciativa da Coordenação Nacional Provisória eleita em 13 de outubro, de encomendar um conjunto de pontos para discussão, não reflete nada parecido com programas de “cima para baixo”. É necessário que fique claro o sentido desse documento que essa Coordenação oferece como sugestão. A Coordenação Nacional foi indicada pelas bases do PT que fizeram o Encontro de São Bernardo, e sua indicação refletiu o grau de articulação que nosso movimento até então possuía, inclusive no seu aspecto democrático. Entretanto, a Coordenação Nacional refletiu muito mais do que as bases do Movimento pelo PT até então existente, estreitas do ponto de vista numérico, mas representativas do ponto de vista das classes e movimentos sociais que são e serão a razão de ser do partido. É essa dupla representatividade que confere legitimidade às iniciativas que a Coordenação Nacional vem adotando. Mas a Coordenação Nacional não pode e não quer fechar

o processo de elaboração do nosso programa, momento e etapa essenciais de sua construção. Este documento pretende justamente abrir a discussão.

As bases do Movimento pelo PT, vale dizer, os integrantes de seus núcleos, constituem a primeira instância obrigatória no processo de elaboração do programa. A Coordenação Nacional, pois, entrega aos militantes esse conjunto de sugestões para que os núcleos o discutam. É óbvio que os militantes poderão aceitá-lo, emendá-lo, fazer sugestões parciais, sugerir cortes, e mesmo rejeitá-lo totalmente, exercendo plenamente sua condição de militante. Esse processo, por demorado que seja, é o único que dará ao programa do PT uma qualidade diferente, não apenas em relação aos programas dos outros partidos, mas em relação principalmente ao compromisso recíproco entre partido e militante.

As bases sociais mais amplas que congreguem os trabalhadores de todas as categorias, os moradores das periferias, os camponeses e trabalhadores rurais, os funcionários públicos, as mulheres, os negros, os índios, são a segunda referência, a segunda instância de discussão e elaboração desse programa. Para que o programa expresse realmente as aspirações dos trabalhadores não basta, no atual momento, que o programa seja discutido nos núcleos já constituídos do movimento pró-PT. É preciso que esses núcleos saibam recolher a riqueza e a variedade de questões colocadas pelos movimentos sociais mais diversos: sindicatos, associações, comunidades, movimentos de libertação de setores discriminados ou estigmatizados, entidades estudantis, pastorais da igreja e outros grupos religiosos etc. É preciso portanto que o debate, ao invés de se voltar para dentro dos núcleos, leve a questão do programa para o maior número possível de trabalhadores e de movimentos sociais organizados. As discussões devem ser públicas, e para elas devem ser convidados todos os interessados, estejam ou não dispostos a se integrarem no PT. Esse processo de discussão expressará o compromisso do PT, também para o futuro, de expressar algo mais amplo do que o está na cabeça de seus membros. As posições do PT nas grandes questões que interessam ao povo deverão ser adotadas através de um processo de discussão em que as bases da sociedade, e não apenas do partido, serão ouvidas. O PT não tem a pretensão totalitária de congregar todos os trabalhadores, todos os movimentos sociais e seus integrantes, mas tem a pretensão de que seu programa expresse o compromisso com as questões e os problemas do presente e do futuro daquelas classes e camadas sociais. Faz-se, pois, absolutamente necessário que os próprios militantes do PT levem esse esboço de programa e suas próprias elaborações a cada setor, a cada categoria, a cada movimento social. Muito menos pela função de proselitismo *imediatista* e muito mais pela absoluta necessidade de pôr-se ao compasso das reivindicações, do estado da luta popular. Isto, além de tudo, será, de fato, a forma mais eficaz de ampliação do PT; isso expressará, simultaneamente, nossos compromissos e nossa forma democrática de ser, emanada das próprias instituições populares. Não representamos ainda a todos os trabalhadores, a todos os setores: mesmo assim, colocamo-nos a serviço de suas causas. Um partido para a sociedade, e não uma sociedade para um partido. Portanto, um partido *dos* trabalhadores e *da* sociedade.

2. Sobre a concepção de programa do PT

A concepção que tivermos do programa do PT também é uma marca distintiva da organização partidária que estamos construindo. Em primeiro lugar, o PT *nem pode nem deve* ter em seu programa algo que se assemelhe a um programa de governo

para quando o partido chegue ao poder. Precisamente porque a proposta do PT *não é administrar o capitalismo e suas crises* supostamente em nome da classe trabalhadora. O PT sabe – seus militantes sabem e as bases sociais que lhe dão apoio sabem – que na atual correlação de forças não chegará ao poder; e quem chegue ao poder nesse contexto terá a tarefa de tentar perpetuar o regime de dominação de classes. A retórica serve apenas para encobrir essa realidade. Não que os programas dos partidos que estão aí *enganem*: suas propostas de programa refletem, em graus variados, suas bases sociais e políticas e o que pretendem fazer no poder *em nome dessas bases sociais e políticas*.

Repassando rapidamente, inclusive para situarmos nossa posição diante das demais organizações partidárias, o programa do PDS² *naquilo que parece mais avançado* revela seus propósitos: o de cooptação dos trabalhadores, o de tentar anular as crises, o de tentar caminhos de reforçar a dominação. Neste caso, se a reação do empresariado à proposta de “co-gestão” é negativa, isso se dá porque *grande parte da burguesia é mais atrasada* que seu regime: mas basta ver a reação do presidente da Volkswagen: *positiva*. O programa do PMDB³ revela realmente seus propósitos e sua base de sustentação: trata-se de um programa que quer refletir – apenas refletir como espelho – a atual segmentação social imposta pelo capitalismo no Brasil. É um programa que quer *somar* as reivindicações: não é um programa que proponha a hegemonia de nenhum setor social. Seu equilíbrio e seu bom senso são sinais de sua impotência e sua inapetência para o poder; as camadas sociais que o sustentam de fato não podem aspirar ao poder *exclusivo*, porque socialmente não são hegemônicas no conjunto da sociedade. Uns restos de burguesia liberal, associados a “modernizadores” do capitalismo. O programa do PTB⁴ reflete sua incapacidade de superar o populismo: volta com as mesmas propostas, com tinturas socializantes. Seu resumo mais feliz é a proposta de “um litro de leite para cada criança brasileira” sem perguntar de quem são as vacas. Por fim, o PP⁵ diz, de início, que não é contra o sistema, nem sequer contra o regime, mas apenas contra o governo: seu programa sequer avança ao nível do PDS, pois sua possibilidade de cooptar outras classes é praticamente nula. Seu programa é um grito contra o capital monopolista apenas no sentido de que seu destino, de suas bases, é ser engolido pelo capital monopolista. Não por acaso sua base principal é a articulação conservadora PSD-UDN⁶ de Minas Gerais.

Um programa do PT, portanto, não pode apresentar pretensão “programa de governo” porque isso significaria descaracterizar sua própria proposta: na correlação atual de forças *ele não é alternativa de poder* e, de outro lado, seu nível de abrangência, organização e articulação não o credencia *ainda* como portador da vontade de hegemonia da classe trabalhadora.

O programa do PT não deve procurar competir em *aparente* radicalismo com os programas dos outros partidos; onde ele deve ser radical é na proposição de um programa que revele o grau de articulação entre sua proposta e as reivindicações-propostas que emanam das classes sociais que pretende representar e que despontam nos vários movimentos sociais. Essa é sua *radicalidade*. Certamente há uma tensão que é real e também ideológica entre a visão de futuro que um partido necessariamente tem e o realismo que expresse sua objetiva articulação com os movimentos sociais que busca representar.

O programa deverá revelar o *que é* e o *que pretende ser* o PT, como expressão

política dos interesses dos trabalhadores. Deverá ter como centro os *interesses comuns* dos trabalhadores de diferentes condições e locais: assalariados, produtores autônomos, trabalhadores domésticos, desempregados, aposentados, sejam eles homens ou mulheres, da cidade ou do campo.

Isso não significa colecionar as reivindicações e as palavras de ordem dos movimentos populares nos quatro cantos do país. Se os trabalhadores sentem necessidade de um partido é justamente porque as reivindicações específicas e localizadas de seus movimentos são insuficientes para garantir seus interesses.

Unificar os interesses dos trabalhadores no plano político significa colocar em questão toda a organização da sociedade, até hoje voltada para a exploração e a opressão. A própria construção do PT significa a vontade de intervenção dos trabalhadores nos próprios centros de decisão da política e da economia.

A extrema centralização do poder, tanto econômico como político, no Brasil de hoje torna necessário que os trabalhadores coloquem no centro de sua intervenção a questão do Estado. O PT deverá inscrever em seu programa, como ponto fundamental, a democratização do Estado. Não como fazem os demais partidos, que colocam no papel frases abstratas sobre a democracia e a liberdade, sem questionar de fato as bases da opressão. Para o PT não basta dizer “abaixo a ditadura”. Não basta tampouco falar em abstrato “governo dos trabalhadores”. É preciso colocar a questão da democracia em termos concretos.

Democratizar realmente a Sociedade e o Estado significa criar formas de organização e mecanismos de representação para que as grandes maiorias da população possam de fato mandar no país. A organização dos trabalhadores em força política significa sua decisão de tomar em suas próprias mãos a tarefa de democratizar a sociedade. O programa do PT não é uma lista de desejos encaminhada aos “canais competentes”. Ele deve definir os passos que os trabalhadores se comprometem a dar, aqui e agora, para mudar a Sociedade e o Estado. Não basta revelar o anseio de uma sociedade democrática e sem exploração. É preciso que se diga o que os trabalhadores farão ou estão fazendo para isso.

Os movimentos sociais que deram origem ao PT mostraram, em vários momentos, que a iniciativa dos trabalhadores pode *criar democracia*: a conquista do direito de greve, a ampliação do espaço de manifestação pública, as formas de democracia de base dos movimentos populares, foram resultado da decisão de agir pela democracia ao invés de esperar por ela. O PT é, ele próprio, um passo concreto para a concretização da democracia como obra dos próprios trabalhadores, na medida em que:

a) ele abre a possibilidade de participação na política das massas populares até hoje marginalizadas do sistema partidário. Será um partido aberto, em que os trabalhadores entram sem pedir licença e tomam iniciativas. Será um partido de milhões de trabalhadores, não a propriedade de meia dúzia de iluminados;

b) ele começa a construir, aqui e agora, as formas democráticas de organização e representação dos trabalhadores. Seus diretórios e núcleos não serão meros executores de campanhas, mas verdadeiras instâncias de decisão da vida partidária. Sua direção não só será eleita democraticamente, mas receberá como tarefa a execução da vontade das bases. Os parlamentares que participam do PT e os que vierem a ser eleitos por sua legenda serão verdadeiros *representantes*, isto é, levarão a voz e

a vontade dos trabalhadores e dos movimentos populares para as casas legislativas. Ao contrário dos partidos tradicionais – que falam em democracia, enquanto os de cima mandam e os de baixo obedecem – os dirigentes e parlamentares do PT serão executores das decisões democraticamente adotadas pelo conjunto do partido.

O PT questiona, com sua própria presença no jogo político-eleitoral, as regras desse jogo. Ele representa a decisão dos trabalhadores de participar diretamente das decisões tomadas em seu nome. Entretanto, as formas de intervenção dos trabalhadores na política não se limitam ao PT. É preciso que o programa deixe clara a diferença entre o plano de atuação de um partido político e o campo próprio dos diversos movimentos sociais.

O PT surgiu como necessidade dos movimentos populares, para romper com seu isolamento político. Mas ele não é uma soma, nem uma federação, nem muito menos um substituto dos movimentos específicos. Ele deverá lutar constantemente para que os movimentos populares – sejam eles sindicatos, associações de bairro, entidades estudantis, movimentos camponeses, associações civis, comitês de anistia, clubes de mães, comunidades de base, ou quaisquer outros – tenham inteira liberdade de atuação. Isto significa em primeiro lugar lutar contra a repressão que os ameaça. Mas é igualmente importante garantir a autonomia dos movimentos sociais diante das ingerências e tentativas de subordinação dos partidos políticos, sejam eles do governo ou da oposição. O PT deve deixar claro em seu programa que ele não pretende englobar os movimentos populares, nem mandar neles, e que não pretende tampouco substituir os movimentos sociais em sua esfera própria de atividade. Ele apoiará as lutas dos movimentos populares, mas não fará as lutas no lugar deles.

As reivindicações específicas e localizadas dos movimentos populares contarão com o apoio do PT. Mas não cabe ao PT decidir que reivindicações devem ser feitas em cada caso, nem cabe ao PT decretar greves ou determinar formas de luta. Por isso é necessário excluir a idéia de *amarrar* no programa os detalhes referentes tanto ao conteúdo das reivindicações como a forma de atuação dos movimentos populares. O PT deve comprometer-se em seu programa a estar presente nos movimentos cotidianos dos trabalhadores. Mas sua presença deve estar voltada a *desamarrar* e não a *amarrar*. A criatividade dos movimentos de base, suas iniciativas, as questões e caminhos encontrados por eles nas próprias lutas, não podem ser sufocados em nome de receitas preparadas de longe.

O programa deve, por outro lado, expressar aquilo que desponta do conjunto de lutas dos movimentos populares: as aspirações comuns de liberdade, o desejo comum de eliminar a exploração, a vontade de construir uma nova sociedade. Todas essas aspirações apontam na direção do socialismo. Apenas assim se dará fim à exploração do homem pelo homem, fonte principal de todas as alienações e daqueles aspectos que hoje fazem parte das reivindicações populares. Mas o programa do PT não pode ser um programa socialista porque isso não refletiria – seria falsear – sua relação com as bases sociais das quais emana. Seria repetir uma versão de “programa de cima para baixo”. Seria colocar a questão do socialismo como receita deduzida dos princípios e não como um compromisso de luta dos trabalhadores.

O programa do PT não pode ser uma lista de desejos, por mais justos que sejam, quanto à organização futura da sociedade. Nas mais diversas questões devemos

deixar claro que a inclusão de uma proposta no programa significa: o compromisso de lutar efetivamente por ela, aqui e agora.

Nessa ordem de considerações, entendido o método da elaboração do programa e sua concepção, sugere-se neste esboço um conjunto de temas e de pontos, que deslançando a discussão, venham a se corporificar como o programa do PT. Distinguiríamos quatro partes de um programa, que *não significam* etapas, mas níveis distintos:

- a) um programa para a democracia;
- b) um programa para a sociedade;
- c) um programa para a conjuntura e os interesses imediatos dos trabalhadores;
- d) um programa de ação para o partido.

3. Um programa para a democracia

Ao nível político-institucional, da luta pela democracia, pela instauração do Estado de Direito, o programa do PT não deve ficar *aquem* do de nenhum outro partido. Não se trata de aparente radicalismo. A democracia interessa fundamentalmente aos trabalhadores e às demais classes sociais exploradas e espoliadas. Ela é o espaço político no qual a possibilidade de hegemonia das classes que formam o PT poderá aparecer e oferecer ao conjunto da sociedade brasileira propostas para sua própria transformação. A conquista da democracia é uma condição fundamental para que as classes sociais exploradas e espoliadas não sejam jogadas ao gueto da não-participação, do isolamento e da discriminação.

O programa de luta dos militantes do PT pela democracia terá, obrigatoriamente, que reivindicar pelo menos os seguintes pontos:

- respeito absoluto aos direitos humanos;
- completamento da anistia, com a punição dos responsáveis pelas mortes e torturas praticadas;
- reintegração de todos os atingidos, com a indenização inclusive dos prejuízos a que foram submetidos pela usurpação dos seus direitos;
- reabilitação total das lideranças sindicais e do funcionalismo público, vítimas das “cassações” brancas, das intervenções em seus organismos de classes;
- desmantelamento total dos aparelhos de repressão;
- revogação da Lei de Segurança Nacional;
- eleições livres, diretas, de sufrágio universal, e secretas, para todos os níveis do poder, desde a Presidência da República até os delegados de polícia;
- restauração da autonomia dos poderes;
- restauração da autonomia dos estados e dos municípios;
- restauração da autonomia dos municípios capitais de estado e dos submetidos ao estatuto de “zona de segurança nacional”, onde exatamente existem enormes concentrações operárias e populares, que se vêem assim diminuídos em sua condição de cidadãos;
- ampla, total e irrestrita liberdade de organização e expressão política e partidária, para todas as correntes ideológicas;
- direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados;
- convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana.

4. Um programa para a sociedade

Este é o plano em que o PT aborda as grandes questões nacionais. Fiel à orientação original, o PT não oferece *soluções* para estas questões, para não cair no reino da utopia, de um lado, nem ajudar na montagem de paliativos e ilusões que, sem que as classes sociais exploradas e espoliadas estejam no poder, não passariam de proposições abstratas. Aqui o programa consiste na mais vigorosa *denúncia*, de um lado, e, de outro, na visão que as classes trabalhadoras têm dessas questões.

Enumerar-se-á um conjunto bastante amplo de grandes questões nacionais que resumem todas as outras, para não cair-se numa mera listagem de problemas e de detalhes.

a) A questão econômica

O PT deve *radicalizar* a *denúncia* do modelo vigente, e ademais mostrar a complementaridade entre as formas ditatoriais do regime e a acumulação de capital violentíssima, o “arrocho” salarial, a conseqüente concentração de renda, a dívida externa, a internacionalização da economia em suma. Nisto o PT irá à frente de quaisquer outras propostas partidárias, ainda que não fazendo nenhuma proposta específica de solução: irá à frente no sentido de demonstrar que não se trata de construir um capitalismo “mais civilizado” em um país como o Brasil, pois isso significará “matar a galinha dos ovos de ouro”. A posição do PT não é a de “quanto pior, melhor”: se não acreditarmos que não pode haver “capitalismo civilizado”, por *vontade* da grande burguesia e do Estado, será a organização dos trabalhadores, de outros setores sociais, e enfim das grandes maiorias de nossa população que anulará as formas mais desenfreadas de superexploração, de dilapidamento do nosso território, enfim. E isto liga imediatamente com o programa pela democracia. O PT não cairá em proposições do tipo de “*co-gestão*” nem de clamar pelo “caráter social” da propriedade: o controle que se poderá pôr sobre os desmandos da empresa privada *advirá da melhor organização sindical e política das classes trabalhadoras*, que no nível direto de suas lutas e no nível político poderão opor-se ao poder das empresas.

b) A questão do Estado

O PT inscreve como uma de suas lutas fundamentais a democratização do Estado. Os trabalhadores já perceberam que esse Estado, que se transformou em principal sustentáculo de lucro das empresas, chegando ao ponto de transformar suas próprias empresas em empreendimentos capitalistas, para gerar lucros e não para prestar serviços, não poderá jamais atender aos reclamos da população e das amplas massas exploradas de nosso país. A tarefa desde já é democratizar o Estado, retirá-lo das funções de sustentáculo do lucro privado, reverter as empresas estatais às suas funções públicas, reverter os impostos para financiar as atividades de prestação de serviços públicos e não como forma de incentivar o capital, para chegar a impor o controle popular sobre todas as instâncias do poder estatal.

Os trabalhadores já perceberam que a burguesia abandonou há muito tempo a instituição do Parlamento, desviando dele, na medida mesma em que a representação popular crescia, as funções básicas de regulamentar a vida social e econômica sobretudo. Essas funções, que estão hoje nos grandes conselhos nos quais os tra-

balhadores não têm assento, devem voltar ao Parlamento, como meio de efetivar o controle popular sobre o Estado e a vida social, ao lado dos órgãos auxiliares dos próprios trabalhadores ao nível das empresas, como as comissões de fábrica (por onde a questão do Estado se liga com a questão sindical). Dessa forma, a proposta de sociedade que o Partido dos Trabalhadores encampa e pela qual lutará ao lado de outras forças, combina uma interferência direta a cada nível específico com a recuperação, agora para os fins populares, de uma instância como o Parlamento, que representará o conjunto da Nação. Ela é, assim, uma visão e uma proposta que rechaça as tendências corporativistas impostas pelo sistema capitalista, propugnando uma total democratização da vida social.

c) A questão nacional

Os trabalhadores são agora os únicos que podem atualizar o conceito e a prática da Nação. Esta, que é utilizada pelas burguesias e pelo Estado apenas como o espaço que diferencia e controla as forças de trabalho, propiciando, por esta forma, o que parecia impossível – a reconciliação entre os interesses imperialistas e os interesses da burguesia nacional – tem nos trabalhadores sua única condição de viabilidade. Os trabalhadores não renunciam à Nação, pois eles são a Nação. Dessa forma, redefinem o conteúdo das relações com o imperialismo e as empresas multinacionais, por considerarem que a questão nacional hoje se define socialmente: isto é, não se trata de preservar um mercado para a burguesia nacional, por oposição às empresas multinacionais, mas de opor aos interesses dessa internacionalização que congrega capitais nacionais e capitais estrangeiros, os interesses dos trabalhadores. Por essa via os trabalhadores lutarão pelo efetivo controle e defesa das riquezas nacionais, mas não farão dessa defesa um processo de subordinação dos interesses nacionais aos pretensos interesses privados de qualquer fração burguesa. O Partido dos Trabalhadores lutará por desfazer a internacionalização de nossa economia, como via privilegiada para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

d) A questão agrária

Como nos demais pontos do programa, deve-se levar em conta as lutas e aspirações concretas dos trabalhadores do campo, sejam eles assalariados ou pequenos produtores. O programa do PT deve firmar o compromisso de apoiar as lutas imediatas, bem como o de lutar pelo direito de organização e expressão, tanto sindical quanto política dos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, deve-se deixar clara a *identidade de interesses* (e não apenas “aliança”) entre trabalhadores urbanos e rurais. Deve deixar claro que o PT combaterá todas as políticas de discriminação que se fazem contra os trabalhadores rurais a pretexto de combater o “êxodo rural”. Os itens que seguem são apenas sugestões para o debate inicial. O programa do PT sobre a questão agrária será construído e aprofundado no curso das lutas e ao compasso da capacidade de organização dos trabalhadores agrícolas:

- salário mínimo nacional unificado também para os trabalhadores do campo, sejam eles homens, mulheres ou crianças;
- estabelecimento de preços mínimos para os produtos, que garantam remuneração pelo menos igual ao salário mínimo para os camponeses e membros de suas famílias;

- garantia dos direitos democráticos e liberdades civis dos trabalhadores do campo, especialmente a liberdade e a autonomia sindical;
- apoio às experiências de cooperação no trabalho e aos movimentos comunitários no campo;
- apoio aos posseiros contra toda e qualquer tentativa de desalojá-los;
- combate à especulação com terras; condicionamento do direito de posse à exploração efetiva;
- proibição de cessão de terras públicas, a título gratuito ou por preço simbólico, às grandes empresas agropecuárias;
- controle social dos recursos públicos utilizados na agropecuária de forma a evitar que eles continuem a servir apenas para sustentar lucros parasitários das grandes empresas;
- controle social de crédito rural, para garantir sua destinação social;
- controle da atuação das empresas que comercializam equipamentos e insumos agrícolas.

e) A questão social

O PT deve dar seqüência à denúncia da face social da expansão capitalista no Brasil. Em primeiro lugar, ligando a questão social com a questão do Estado, cabe fazer a denúncia e vitalizar todas as formas de reivindicação para que os gastos sociais de toda ordem sejam sufragados pelo Estado, pois para isso os trabalhadores e as demais classes sociais exploradas e espoliadas pagam imposto. É necessário acabar com a “privatização” do Estado, a “privatização” dos serviços públicos e sociais; a “privatização” do INPS [Instituto Nacional de Previdência Social] e do INAMPS [Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social] e do Funrural; a “privatização” da medicina e da educação; a “privatização” da Universidade. Isto inscreve-se no campo da luta da democratização do Estado e ao mesmo tempo da melhoria das condições de vida da população, pois os trabalhadores e o povo pagam duas vezes pelos mesmos serviços.

De outro lado, a questão social é também a questão da possibilidade da hegemonia popular. Pois o capitalismo diversificou a estrutura social, mas divide, segmenta, discrimina e marginaliza. Transforma em “minorias” políticas as grandes maiorias sociais: os operários, os camponeses, os “bóias-frias”, as mulheres, os negros, os índios, as crianças. Vive e se reproduz na medida em que consegue manter esses grandes setores e categorias como “minorias” políticas. A posição do PT deve ser a de negação dessa segmentação, a de buscar a unidade dessas forças, setores e categorias, para, pela unidade, desfazer a discriminação sobre a qual se apóia a exploração de cada um. O PT não deverá ter um programa “para as mulheres”, mas um “programa das mulheres”: a posição do PT não pode resumir-se a reivindicar creches que servem *apenas* – como nos programas “bonzinhos” dos partidos da ordem – para transformar a mulher de “objeto sexual” em mercadoria, em força de trabalho: nossa concepção, que deve lutar por creches, sim, mas no sentido de que elas ajudem tanto as mulheres quanto as crianças a se libertarem das restrições de uma vida acanhada, a se socializarem melhor, a utilizar todas suas potencialidades. Essa exemplificação serve para todos os demais. Num país de negros e mulatos, a discriminação “falsa” da cor serve apenas para rebaixar ainda mais os salários. O PT também não negará

a especificidade dos problemas de cada um desses setores, categorias e movimentos, pois negá-los continua a ser um estratagema da exploração e da dominação. Reconhecerá suas especificidades e delas retirará o elemento que unifica para acabar com toda a discriminação social.

f) A questão internacional

No momento em que o PT inicia seu processo de construção, assiste-se a uma crise internacional, cuja prolongação supera qualquer previsão e cuja profundidade ainda não foi entendida. É uma crise de capitalismo internacional, irreversível na medida em que coloca em xeque as diferenças nacionais das quais se apropria o capitalismo para gerar seus lucros: petróleo barato nuns países, mão-de-obra barata noutros como o Brasil, alta tecnologia nos países-líderes. A impossibilidade de criar uma moeda internacional, condição para sua sobrevivência a longo prazo, é que irá fazer esse sistema de opressão e opróbrio caminhar para sua liquidação que, entretanto, somente se fará na medida em que existir uma vontade política dos trabalhadores e das amplas massas exploradas dispostas a substituí-lo por sistemas sociais de cooperação.

O PT também nasce num momento em que um sistema social criado para opor-se ao capitalismo reproduz as práticas deste, subordinando países, interferindo na autonomia de outros povos, praticando invasões próprias dos “marines” *yankees*. Esse sistema também está em crise. O PT se posiciona frente à crise internacional, à crise dos dois sistemas, numa posição de independência. Nem temos subordinação econômica em relação a um, nem subordinação ideológica em relação ao outro.

O PT une-se às outras forças da sociedade brasileira e de outros países para denunciar a política de joguete das grandes potências. O PT trabalhará no sentido de uma solidariedade ativa a todos os movimentos de libertação; trabalhará no sentido da solidariedade ativa aos movimentos pelos direitos humanos; trabalhará no sentido de solidariedade ativa com os oprimidos em todos os sistemas. Repudiamos como não servindo aos interesses das grandes massas, em qualquer latitude, a farsa dos “direitos humanos” de Carter, as sangrentas ditaduras implantadas na América Latina, do Chile, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai; os “gulags” em todas as latitudes, na União Soviética como em qualquer outra parte. Nossa posição não será a de atacar um e outro para mostrar “independência”: nossa posição tem como bússola e norte os interesses dos povos do mundo. Os trabalhadores, pelos seus movimentos, trazem uma mensagem de aperfeiçoamento humano, e não de barbárie. Seus direitos não são melhor defendidos por políticas de opressão e terror.

5. Um programa para a conjuntura: interesses dos trabalhadores

Aqui o PT tem condições de apresentar a extensíssima lista de temas, assuntos, questões e problemas que interessam de perto aos trabalhadores e ao povo em geral. Aqui o PT deve ter condições de mostrar como através da defesa de um programa de conjuntura, ele se identifica, expressa, é, o próprio programa dos trabalhadores. Sinteticamente, na conjuntura os trabalhadores apontam para a inflação e o desemprego como seus grandes inimigos. Não apenas a reivindicação, como a luta dos trabalha-

dores, aponta contra uma política de combate à inflação que uma vez mais tenta jogar sobre os trabalhadores o peso da luta antiinflacionária. Os trabalhadores têm que reivindicar não apenas a aplicação de índices que verdadeiramente reponham seu poder aquisitivo, como aumentem o salário real. Nada de acordo com fórmulas de “produtividade”, mas por meio da luta e da negociação, e da greve quando necessária. Aqui o PT deve reivindicar não apenas o salário-móvel, mas o seguro-desemprego. Aqui o PT deve reivindicar o aumento dos gastos do Estado e não sua contração, para criar empregos. Aqui o PT deve apresentar a reivindicação dos trabalhadores no sentido de que toda empresa receba créditos do Estado e que despedir trabalhadores, seja por causa de greve, seja por pretensa baixa da produção, seja por modernização, deve ser penalizada. Punir as empresas apenas quando aumentam preços – e há muitas formas de fazê-lo sem cair nas “iras” do governo – e não quando demitem trabalhadores, é na verdade incentivar o desemprego. Aqui o PT tem condições de reivindicar e apresentar uma proposta de política fiscal que retire os impostos diretos para a grande massa dos que trabalham, atenuar os impostos indiretos sobretudo nos itens que compõem o orçamento da família trabalhadora, e taxar progressivamente as grandes rendas – sem devoluções – e os lucros, como forma de tirar o Estado da crise financeira e de não usar os títulos públicos para expandir a dívida interna que é utilizada no “open market” para engordar os lucros financeiros.

6. Um programa de ação para o partido

Aqui reside o forte do programa do PT. Pois reconhecendo não ter na correlação de forças atuais suficiente articulação para propor-se *poder*, o PT deve buscar incessantemente aquilo que é sua razão de ser: articular os movimentos sociais, suprimir-lhe a atomização, unificar as demandas aparentemente diversas entre salário e água encanada. Esse conjunto de proposições, o programa de ação do partido, deve responder à questão essencial: como se organizar para impor os interesses da coletividade sobre os interesses privados?

Aqui o PT deve retomar suas origens e propor as formas de avançar: na questão sindical, como combinar autonomia e liberdade sindical, com *unidade da classe trabalhadora*? Como desatrelar os sindicatos do Estado sem o imposto sindical? Como propor a central de trabalhadores sem submeter-se ao monolitismo e à falsa unidade? Aprofundar as lutas: delegado sindical e comissões de fábrica.

Na questão dos bairros, o PT deve procurar dar consequência aos movimentos sociais que, nascidos das comunidades da periferia, apontam no sentido da intrínseca perversidade do regime e do sistema. Como politizar essas lutas, fazê-las superar sua atomização? De um lado, o PT deve encaminhar propostas que devolvam ao Estado *sua obrigação* de custear os gastos sociais, e não reforçar nenhuma forma de “mutirão” em que os próprios moradores cortam na própria carne para satisfazer necessidades para as quais já pagam impostos, além da exploração de que são vítimas. De outro lado, e combinando o que já revela a capacidade de autogestão popular, o PT deve propor que os gastos sociais a serem custeados pelo Estado sejam decididos e administrados pelas próprias comunidades: isto significa, de um lado, construir simultaneamente a democracia e o PT, e de outro, já começar pela base a futura “des-necessidade” do Estado. O PT deve estimular a criação e/ou a transformação

dos comitês setoriais de transportes, de creches, de legalização dos lotes, de custo de vida, em verdadeiros conselhos de bairro, não nomeados pelo poder burguês como pretende a Prefeitura de S. Paulo, mas eleitos pelos próprios moradores: aí será o lugar privilegiado de crescimento do movimento popular, da autogestão social do Estado, e de crescimento e enraizamento do próprio PT.

Na questão das empresas estatais, nó górdio do processo de acumulação capitalista, o PT deve propor a criação dos conselhos de empresa, em que estarão representados os trabalhadores. Mas, esta proposta não se confunde com co-gestão: não se trata de co-gerir as empresas estatais em nome dos trabalhadores, mas de estes exercerem papel de fiscais, inspetores, *representantes da sociedade* nas empresas estatais: radicalizar a proposta de controle do Estado pela sociedade. E aí, também, será um lugar de crescimento do PT.

Na questão das empresas privadas, o PT não pode encampar propostas do tipo de co-gestão. Em primeiro lugar, elas não correspondem à correlação de forças: num regime desse tipo, falar em co-gestão é piada de mau gosto, onde nem sequer o direito de greve é reconhecido *realmente*. Em segundo lugar, a co-gestão é uma forma de administrar o capitalismo e de tornar os trabalhadores cúmplices de sua própria exploração, de tornar os trabalhadores seus próprios repressores. Na questão das empresas privadas as propostas devem ir, por um lado, sob o aspecto sindical e de direitos do trabalho: seguro-desemprego, estabilidade no emprego, contrato coletivo contra o anacronismo do contrato individual, demissões e admissões no interior do contrato coletivo; e, por outro lado, na forma em que o Estado subsidia o capital privado: retirar todos os incentivos. O PT não substitui a luta de classes e não pode nem deve tratar de atenuá-la. As delegações sindicais, as comissões de fábrica, serão os viveiros do PT.

Do ponto de vista de um conjunto de proposições que serão a forma em que o PT contribui para a organização da sociedade, e que deverão nortear sua forma de atuar no interior dos movimentos sociais de amplíssima natureza, caberia enumerar muitos itens ainda. Trata-se no momento de desamarrar toda a potencialidade da luta popular; encontrar novas formas de organização simultâneas e *dentro* dos movimentos sociais: por exemplo, o PT deveria estipular que seus militantes fizessem uma escola em cada núcleo, na sede de cada núcleo. Assim, o PT estaria contribuindo não apenas para sanar uma grave carência, e o que é mais importante, estaria preparando *uma educação para a hegemonia*. Esse é o tipo de *organização* que deve ter um partido dos trabalhadores, democrático, de massas, e revolucionário ao mesmo tempo. Ao invés dos núcleos se voltarem para si próprios, deveriam sempre exercer alguma atividade diretamente ligada às reivindicações populares.

NOTAS

¹ Indicada na reunião de lançamento do Movimento Pró-PT, realizada na cidade de São Bernardo do Campo em 13 de outubro de 1979, esta comissão estava assim composta: Arnóbio Silva, Carlos Borges, Édson Khair, Firmo Trindade, Francisco Auto, Godofredo Pinto, Henos Amorina, Ignácio Hernandez, Jacó Bittar (coordenador), José Ibrahim, Luiz Inácio da Silva, Luiz Soares Dulci, Manoel da Conceição, Olívio Dutra, Sidney Lianza, Wagner Benevides. Esta direção ficou à frente do Movimento

Pró-PT até a reunião nacional de fundação formal do PT, realizada na cidade de São Paulo em 31 de maio e 1º de junho de 1980. (N.E.)

² O Partido Democrático Social (PDS) foi fundado em janeiro de 1980 para suceder à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista extinto com o fim do bipartidarismo do regime militar, ocorrido em fins de novembro de 1979. (N.E.)

³ O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi criado em janeiro de 1980 para suceder ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao governo militar extinto em 29 de novembro de 1979, quando o Congresso Nacional decidiu pelo fim do bipartidarismo vigente desde 1965, sob a ditadura militar. (N.E.)

⁴ O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi fundado em maio de 1980 por um dos grupos, aquele ligado a Ivete Vargas, que disputavam a herança do antigo PTB, criado por Getúlio Vargas, que existiu de 1945 a 1965. O outro grupo, liderado por Leonel Brizola, criou o Partido Democrático Trabalhista (PDT) em setembro de 1980. (N.E.)

⁵ O Partido Popular (PP) foi criado em dezembro de 1979. Agrupando dissidentes dos dois partidos existentes sob o regime militar, Arena e MDB, acabou se incorporando ao PMDB em 1982. (N.E.)

⁶ O texto refere-se ao Partido Social Democrático (PSD), organização partidária de caráter nacional que existiu de 1945 a 1965, de caráter “liberal”, e à União Democrática Nacional (UDN), partido nacional de feição “conservadora” que existiu no mesmo período e tinha no PSD seu principal adversário. (N.E.)

A FUNDAÇÃO DO PT

*Documento mimeografado conservado no acervo do
Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*

Foi aberta no domingo, dia 10, às 11h30, a sessão inicial da reunião de fundação do Partido dos Trabalhadores. A mesa que dirigiu os trabalhos estava formada por Jacó Bittar, do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia (presidente), Henrique Santillo, senador por Goiás (secretário), e Henos Amorina, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco; Wagner Benevides, dirigente sindical de Minas Gerais; José Cicote, dirigente sindical de Santo André; Paulo Skromov, do Sindicato dos Coureiros de São Paulo; Luiz Inácio da Silva, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema; Olívio Dutra, líder bancário do Rio Grande do Sul; Édson Khair, deputado federal do Rio de Janeiro; Manoel da Conceição, líder camponês do Nordeste; Arnóbio Vieira da Silva, líder popular de Itanhaém; Lourin Martinho dos Santos, da construção civil do Rio Grande do Sul.

Logo no começo o secretário, Paulo Skromov, fez um relato das resoluções adotadas no dia anterior pela Coordenação Nacional (ampliada com dois representantes de cada Estado): 1) fixar como objetivo fundamental a fundação do Partido dos Trabalhadores, sem desprezar nenhum espaço possível para a atuação política dos trabalhadores e, neste sentido, lutar pela legalização do partido; discutir e aprovar o Manifesto de Lançamento divulgado no dia 10 de janeiro¹; decidir sobre a eleição da Comissão Diretora Nacional Provisória, referendando qualquer decisão no Encontro Nacional de 12 e 13 de abril²; abrir o processo de discussão nos textos programáticos e estatutários nas bases do partido, preparando, assim, a realização do Encontro Nacional; promover a eleição, em cada Estado, das Comissões Diretoras Regionais Provisórias, que serão referendadas pela Comissão Nacional; proceder à filiação dos militantes e simpatizantes do PT.

A seguir, o senador Henrique Santillo, secretário da mesa, procedeu à chamada dos seis primeiros signatários do manifesto, que foram intensamente aplaudidos pelas cerca de 700 pessoas presentes no auditório do Colégio Sion: Mário Pedrosa, escritor, crítico de arte e líder socialista; Manoel da Conceição, líder camponês; Sérgio Buarque de Holanda, historiador; Lélia Abramo, presidente licenciada do Sindicato dos Artistas de São Paulo; Moacir Gadotti, que assinou em nome do educador Paulo Freire; e Apolônio de Carvalho, combatente na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa e um dos líderes dos movimentos da resistência popular no Brasil.

Os demais signatários ficaram de assinar o manifesto no fim da sessão plenária. A seguir, o plenário foi dividido em cinco comissões, para discutir o Manifesto de Lançamento e indicar uma comissão de oito integrantes para redigir a forma final do documento.

NOTAS

¹ No dia 10 de janeiro de 1980, na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, foi divulgada a primeira versão do Manifesto do PT. (N.E.)

² Este Encontro, considerado como a reunião nacional de fundação do PT, acabou sendo adiado e realizado em 31 de maio e 1º de junho de 1980 em razão da deflagração de uma greve no ABCD paulista. No referido encontro aprovaram-se o Programa e o Estatuto e referendou-se o Manifesto de Lançamento do PT, aprovado no Colégio Sion, além de eleger-se a Comissão Diretora Nacional Provisória. (N.E.)

DIVERGÊNCIAS NA FUNDAÇÃO DO PT. AVALIAÇÕES DIFERENTES DAS PERSPECTIVAS DE LEGALIZAÇÃO DO PARTIDO

Perseu Abramo

Movimento. São Paulo, n. 242, de 18-24 fev. 1980, p. 8.

A existência, o papel e a importância de grupos originados de organizações de esquerda dentro do Partido dos Trabalhadores passaram a ser, na última semana, um dos tópicos de discussão nos círculos políticos. O tema surgiu durante e após a reunião nacional de fundação do PT, realizada no dia 10, nas dependências do Colégio Sion, em São Paulo.

Convocada para aprovar o Manifesto de Lançamento – cuja primeira divulgação pública se havia dado a 10 de janeiro – e para eleger a Comissão Diretora Nacional Provisória, a reunião só chegou a tratar do primeiro dos dois itens; por consenso dos 1.200 presentes à sessão do final da tarde, adiou-se para o Encontro Nacional de 12 e 13 de abril a eleição da Comissão Nacional.

A reunião do dia 10 ressentiu-se de falhas de organização consideradas normais pelos dirigentes, num partido que ainda está nos primeiros passos de sua formação e quase não conta com quaisquer recursos materiais. Por causa disso, e por causa das dificuldades em atender a todos os pedidos de credenciamento, a sessão da manhã começou depois do horário de início previsto.

As dificuldades foram também de natureza política: nem todas as delegações de fora de São Paulo – havia 18 Estados representados – atenderam ao requisito de credenciar um representante para cada grupo de 21 militantes de núcleos, mais os líderes e dirigentes sindicais indicados pelos núcleos ou pelas regiões. O resultado é que, pressionada pelo enorme número dos que não teriam credenciamento, a direção do encontro foi obrigada a admitir todos no recinto dos debates, concedendo direito a voz aos não credenciados; a recomendação de separar fisicamente, dentro do auditório, os credenciados e os não credenciados não foi integralmente respeitada por estes últimos, o que não permitiu diferenciação entre os dois tipos de participantes, nas fases de discussão.

Nas votações das cinco comissões em que se dividiu o plenário, contudo, o critério foi respeitado, e na sessão plenária final, que tornou a congregar os participantes das comissões de trabalho, o critério foi desnecessário, uma vez que as resoluções foram adotadas por aclamação.

Principais decisões

Dirigida pelo coordenador nacional do PT, o líder sindical Jacó Bittar, a mesa foi secretariada pelo senador goiano Henrique Santillo e contou com a presença do deputado fluminense Edson Khair, de Lula, de Wagner Benevides, de Olívio Dutra, de Paulo Matos Skromov e de outros líderes populares e dirigentes sindicais.

Também sentaram-se à mesa, na parte da manhã, os seis primeiros signatários do Manifesto de Lançamento, muito aplaudidos pelo plenário: Mario Pedrosa (fundador do semanário *Vanguarda Socialista*, em 1945), Manuel da Conceição, líder camponês do Nordeste; Sérgio Buarque de Holanda, historiador; Lélia Abramo, atriz; Moacir Gadotti, em nome do educador Paulo Freire; e Apolônio de Carvalho, fundador do PCBR [Partido Comunista Brasileiro Revolucionário].

O final da manhã e quase toda a parte da tarde foram ocupados com discussões acirradas a respeito do Manifesto de Lançamento. Foi no processo dessas discussões que se começaram a delinear com maior nitidez as teses defendidas por militantes originários de algumas organizações políticas e as endossadas pelos principais líderes sindicais e parlamentares do PT.

Foram feitas acusações recíprocas de “obreirismo” e de “linguajar pseudo-radical”, de “legalismo” e “parlamentarismo”.

Não obstante, no final foi aprovado por consenso, na Comissão de Redação, e por aclamação, no plenário de 1.200 pessoas, um Manifesto de Lançamento que não difere muito, no essencial, da sua versão original, mas que contém mudanças de forma no sentido de acentuar a diferenciação entre as classes trabalhadoras e o conjunto da sociedade.

Essas diferenças de forma é que foram abundantemente exploradas pelos jornais das grandes empresas, na semana que passou, e que deram origem a disseminadas preocupações sobre as perspectivas de constituição do PT.

Em relação à Comissão Nacional, a decisão tomada foi a de se manter a atual Coordenação, provisoriamente, até o encontro de 12 e 13 de abril, quando deverá ser eleita, de acordo com a Lei Orgânica dos Partidos, a Comissão Diretora Nacional Provisória, que deverá solicitar o registro provisório do partido até a realização da Convenção Nacional e eleição da Comissão definitiva. Até 12 e 13 de abril, contudo, deverão ser eleitas, por plenárias estaduais, as Comissões Diretoras Regionais Provisórias, que serão depois referendadas pela Nacional.

“O objetivo fundamental da reunião” – disse Paulo Mattos Skromov, membro da Coordenação Nacional do PT – “é a fundação do partido, sem desprezar nenhum espaço de atuação política dos trabalhadores, e, com esse espírito, nos lançarmos à luta pela legalização do PT. Para isso, estamos abrindo hoje o período preparatório para o Encontro Nacional, com a intensificação de filiação dos militantes, a discussão dos pontos programáticos e estatutários e a adoção dos passos destinados à obtenção do registro no Tribunal Superior Eleitoral”.

Apreciações diversas

Entre os próprios líderes e dirigentes do PT, contudo, foram diversas as avaliações sobre a reunião de fundação do partido.

Para alguns, os chamados grupos organizados, que muitos qualificam de “radicais”, obtiveram vitórias significativas, principalmente na versão final do Manifesto e no adiantamento da eleição da Comissão Nacional, interpretado pelos que assim pensam como manobra para dificultar ou impedir a legalização do PT. Para outros, o resultado final da reunião, ao contrário, evidenciou que esses grupos são minoritários, levando-se em conta, principalmente, que suas teses não obtiveram o endosso da maioria dos trabalhadores militantes do PT.

O coordenador nacional do PT, Jacó Bittar, fez uma avaliação positiva da reunião, afirmando que ela demonstrou a democracia interna do partido, mas prometeu lutar contra eventuais tentativas de hegemonia por parte de grupos organizados que não representem a vontade dos trabalhadores. Essa, também, é a opinião de Lula, que acrescentou não estar disposto a fazer o papel de “entregar ao Sistema” esses grupos, embora também não admita a substituição da hegemonia dos trabalhadores, dentro do PT, por facções que não os representem.

Já o deputado federal Airton Soares foi mais contundente nas suas críticas, considerando que a reunião do dia 10 não foi democrática e reafirmando que o PT é um partido dos trabalhadores e não uma frente de organizações de esquerda. E o economista Paulo Singer, escrevendo na *Folha de S.Paulo* do dia 14, elogiou o espírito democrático da reunião do dia 10 e acentuou o caráter de classe do novo partido, que, segundo ele, tem uma originalidade: “(...) o PT foi iniciado por líderes sindicais, ou seja, parte de figuras representativas da sociedade civil, enquanto os demais partidos em formação foram originados da área política”.

A FUNDAÇÃO

Paul Singer

Folha de S. Paulo. *São Paulo*, 14 fev. 1980, p. 3

(“Tendências e Debates”).

A fundação, domingo último, do Partido dos Trabalhadores, foi um acontecimento inédito no cenário político nacional. Na verdade, a originalidade da proposta já vem de sua origem: o PT foi iniciado por líderes sindicais, ou seja, parte de figuras representativas da sociedade civil, enquanto os demais partidos em formação foram originados da área política.

Essa diferença de origem determina um outro sentido, para o PT, em relação à atividade política corrente. Os outros partidos políticos são, implícita ou explicitamente, prolongamentos de tendências políticas anteriores. O PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro] se pretende herdeiro das lutas do MDB [Movimento Democrático Brasileiro], o PTB [Partido Trabalhista Brasileiro] almeja reviver o seu homônimo de antes de 1966, o PDS [Partido Democrático Social], embora pretenda aparentar o contrário, é o sucedâneo da Arena [Aliança Renovadora Nacional], ao passo que o PP [Partido Progressista] continua simultaneamente a tradição dos antigos PSD [Partido Social Democrático] e UDN [União Democrática Nacional] e das alas moderadas dos mais recentes MDB e Arena.

O propósito do PT é outro, ou seja, o de integrar na atividade política legal camadas sociais que dela estavam marginalizadas, sobretudo após 1964. A sua tese é de que os trabalhadores, na expressão mais ampla do termo, que constituem a maioria do povo e, portanto, do eleitorado, têm seus interesses subordinados aos das classes dominantes nos partidos em que “todas” as classes estão representadas.

A tese não é absurda. As classes dominantes compensam sua inferioridade numérica pelo seu poderio econômico, que lhes permite dominar os meios de divulgação e exercer forte influência nos aparelhos ideológicos: universidades, igrejas, centros de estudos e pesquisas. Além disso, a atividade política requer tempo e dinheiro, recursos de que as pessoas ricas dispõem em muito maior medida que os demais. Por tudo isso, a tese de que os trabalhadores carecem de um partido próprio é, ao mesmo tempo, verdadeira e difícil de ser viabilizada.

A importância da reunião em que o Partido dos Trabalhadores foi oficialmente fundado é que ela demonstrou que o ceticismo que cercou, até agora, a proposta não tem base na realidade. A presença, nesta reunião, de delegados de 18 Estados, representando os principais movimentos sociais do país – de sindicatos operários, camponeses, moradores de bairros pobres e favelas, comunidades de base – mostra que é possível unificar politicamente trabalhadores que se organizaram em todos os quadrantes do país para a defesa dos seus interesses. E esta unificação está em marcha, apesar de não contar com mais recursos que o entusiasmo e a dedicação dos próprios participantes, muitos dos quais vieram dos Estados mais afastados de ônibus e, após a extenuante viagem, passaram o dia inteiro em discussões, para logo em seguida iniciar a viagem de regresso.

O caráter de classe do novo partido, sem dúvida, se revelou no ascetismo da reunião, que certamente não primou pela organização nem pela eficiência. A grande maioria dos delegados era constituída por representantes de movimentos locais, refletindo o poderoso ressurgir do povo trabalhador no cenário social do país, nos últimos anos. Todos eles suportaram estoicamente as longas esperas, até que as sessões se iniciassem, convictos de estarem fazendo ali História, com agá maiúsculo. Era como se estivessem terminando uma longa travessia no deserto para alcançar um fim há muito almejado – o de construir um partido que fosse deles e de mais ninguém.

Como seria de esperar, a assembléia estava longe de ser homogênea. Enquanto para muitos era clara a necessidade de fortalecer o partido com a adesão de parlamentares e intelectuais, nas falas de outros transparecia um “obreirismo” exasperado. Também no referente às formulações ideológicas havia divergências. O projeto de manifesto foi criticado por muitos por não conter as fórmulas consagradas no linguajar típico – e para as massas, em geral, esotérico – da esquerda tradicional. Para outros (que muitas vezes tinham passado a vida toda pregando tais fórmulas) o importante era marcar com firmeza certas posições básicas – a favor da democracia em todos os níveis, da igualdade e da liberdade – sem fechar aprioristicamente questões, que só a prática política ao longo do tempo poderia resolver. Tudo isso foi longamente debatido e, apesar da veemência com que as posições foram defendidas, conseguiu-se chegar a um texto que mereceu a aprovação unânime dos delegados. O modo democrático de proceder, não só nesta reunião, mas em todo processo de formação do PT, certamente ajudou a dissolver as piores intransigências, pois assegura a todos a possibilidade de continuar defendendo seus pontos de vista.

A reunião mostrou também que o Partido dos Trabalhadores, embora não tenha precedentes, se liga a certo passado de lutas, que os seus próprios protagonistas não deixam de criticar. É o passado da própria esquerda brasileira, cheio de mártires e feitos heróicos, mas não isento de erros e desvios democráticos e, sobretudo, de um imperdoável afastamento da massa de trabalhadores comuns. A assembléia de fundação homenageou este passado nas pessoas de Mário Pedrosa, Sérgio Buarque de Holanda, Manuel da Conceição, Apolônio de Carvalho e Lélia Abramo. Foi notável o entusiasmo com que os participantes – em sua maioria, jovens – aplaudiram estes velhos lutadores e, sobretudo, a declaração de Mário Pedrosa de que o PT surge “sem livros sagrados”, forjando seus rumos a partir de sua prática.

Muitos dos que têm “em princípio” simpatia pela idéia do PT manifestam em relação a ele dois tipos de incerteza: 1) quanto à autenticidade do partido, e 2) quanto à sua viabilidade. A reunião de fundação do PT foi uma boa ocasião para dirimir ambos os tipos de dúvidas. Tudo leva a crer que o Partido dos Trabalhadores será um autêntico representante dos movimentos sociais da gente pobre deste país, refletindo seus avanços e conquistas, mas também suas incongruências e fraquezas. O partido deverá ajudar estes movimentos a se ampliar e a se unir, na defesa de interesses comuns. Seu papel deverá ser importante, tanto como veículo de solidariedade como de representação política. Nascendo de movimentos da sociedade civil, que procuram se exprimir através dele, sem subordinar suas

lutas específicas à atividade partidária, o PT dificilmente será dominado por sua cúpula parlamentar ou burocrática. A sua viabilidade dependerá da vitalidade dos movimentos sociais que lhe dão origem. Não é descabido supor que esta vitalidade continuará em ascensão, alimentada que é por contradições sociais que não cessam de se agravar.